

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Nota do Autor à 9ª edição</i>	VII
<i>Apresentação</i>	IX
<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XI
Capítulo I – Esboço Histórico do Direito Internacional Privado	1
1.1 Considerações iniciais	1
1.2 Grécia	1
1.3 Roma	2
1.4 Feudalismo	3
1.5 Glosadores e escolas estatutárias	3
1.6 Codificação	5
1.7 Doutrinas modernas	6
Resumo	7
Questões Propostas	9
Capítulo II – Denominação e Método de Direito Internacional Privado e a Disciplina no Brasil	11
2.1 Considerações iniciais	11
2.2 Denominação	11
2.3 Autonomia do DIPr	12
2.4 Método	12
2.5 Direito Internacional Privado no Brasil	13
2.5.1 Primeiros tempos	13
2.5.2 Augusto Teixeira de Freitas	14
2.5.3 José Antônio Pimenta Bueno	15
2.5.4 Notáveis tratadistas	15
2.5.5 Atualidade do DIPr brasileiro	16
2.6 Considerações finais	16
Resumo	17
Questões Propostas	19
Capítulo III – Noções Fundamentais e Objeto do Direito Internacional Privado	21
3.1 Considerações iniciais	21
3.2 Conceito	22
3.3 Objeto	23
3.4 Normas de DIPr na Constituição Federal de 1988	24
3.5 Direitos adquiridos	24
3.6 Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público	25
3.7 Direito Internacional Privado e Direito Comparado	26
Resumo	26
Questões Propostas	28

Capítulo IV – Fontes do Direito Internacional Privado	29
4.1 Considerações iniciais.	29
4.2 Lei	30
4.3 Tratados	30
4.4 Doutrina	32
4.5 Jurisprudência	33
4.6 Costumes	33
Resumo	34
Questões Propostas	35
Capítulo V – Teoria das Qualificações	37
5.1 Considerações iniciais.	37
5.2 Teorias existentes	38
5.3 Qualificações no Brasil	39
5.4 Casos clássicos	39
5.5 Questões prévias	40
Resumo	41
Questões Propostas	42
Capítulo VI – Elementos de Conexão	43
6.1 Considerações iniciais.	43
6.2 Classes de elementos de conexão	44
6.3 Conexões pessoais	45
6.3.1 Domicílio	46
6.3.2 Nacionalidade	46
6.4 Conexões reais	47
6.4.1 <i>Lex rei sitae</i>	47
6.5 Conexões voluntárias	47
6.5.1 Autonomia da vontade	47
Resumo	48
Questões Propostas	49
Capítulo VII – Aplicação do Direito Estrangeiro	51
7.1 Considerações iniciais.	51
7.2 Aplicação direta da lei estrangeira	51
7.3 Retorno	53
7.3.1 <i>Caso Forgo</i>	54
7.4 Limites à aplicação da lei estrangeira	54
7.4.1 Ordem pública	55
7.4.2 Fraude à lei	56
7.4.3 <i>Favor negotii</i>	57
7.4.4 <i>Prélèvement</i>	57
7.4.5 Instituições desconhecidas	58
7.4.6 Instituições abomináveis	59
Resumo	60
Questões Propostas	61
Capítulo VIII – Homologação de Sentença Estrangeira	63
8.1 Considerações iniciais.	63
8.2 Fundamentos	64
8.3 Documentos estrangeiros: cartas rogatórias	64
8.4 Sentenças estrangeiras homologáveis	65

8.4.1	Conceituação	65
8.4.2	Decisões passíveis de homologação	65
8.4.3	Sistemas de homologação	66
8.4.4	Delibação	66
8.4.5	Órgãos homologadores, pressupostos e rito na Justiça brasileira	67
8.4.6	Sentença homologanda <i>versus</i> lide na Justiça brasileira	69
8.5	Convenção da ONU sobre prestação de alimentos no estrangeiro	69
8.6	Legislação brasileira	70
8.7	Considerações finais	70
	Resumo	72
	Questões Propostas	74
Capítulo IX – Nacionalidade		75
9.1	Considerações iniciais	75
9.2	Interdisciplinaridade	75
9.3	Nacionalidade originária	76
9.3.1	<i>Jus sanguinis</i>	76
9.3.2	<i>Jus soli</i>	77
9.4	Naturalização	77
9.5	Conflitos de nacionalidade	79
9.5.1	Plurinacionalidade	79
9.5.2	Anacionalidade	80
9.6	Perda da nacionalidade	81
9.7	Nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro	84
	Resumo	86
	Questões Propostas	87
Capítulo X – Condição Jurídica do Estrangeiro		89
10.1	Considerações iniciais	89
10.2	Ingresso e permanência	89
10.2.1	Passaporte	90
10.2.2	Visto	90
10.3	Afastamento compulsório	92
10.3.1	Diversos institutos	92
10.3.2	Expulsão	93
10.3.3	Deportação	94
10.3.4	Diferenças entre expulsão e deportação	95
10.3.5	Extradição: conceito e classificação	96
10.3.6	Extradição de nacionais	97
10.3.7	Requisitos e limites da extradição	98
10.3.8	<i>Caso Pinochet</i>	99
10.3.9	Extradição na ordem jurídica brasileira	100
10.3.10	Tratados de extradição firmados pelo Brasil	101
10.3.11	Diferenças dos demais institutos	102
10.4	Projeto de novo Estatuto do Estrangeiro	103
	Resumo	104
	Questões Propostas	107
Capítulo XI – Pessoas no Direito Internacional Privado		109
11.1	Considerações iniciais	109
11.2	Personalidade	109
11.2.1	Começo da personalidade	110

11.2.2 Término da personalidade	111
11.3 Comoriência	111
11.4 Ausência	112
11.5 Poder familiar	112
11.6 Tutela	113
11.7 Curatela	114
11.8 Ação de alimentos	114
Resumo	115
Questões Propostas	116
Capítulo XII – Direito de Família e Direito Internacional Privado	117
12.1 Direito de Família	117
12.2 Casamento e conflito de leis no espaço	118
12.3 Normas brasileiras sobre casamento	118
12.3.1 Capacidade	118
12.3.2 Impedimentos e formalidades	120
12.3.3 Casamento por procuração	122
12.3.4 Casamento no consulado	122
12.3.5 Nulidade do casamento	123
12.3.6 Regime de bens	123
12.4 Divórcio	126
Resumo	127
Questões Propostas	128
Capítulo XIII – Adoção Internacional	131
13.1 Considerações iniciais	131
13.2 Conceituação	131
13.3 Importância e atualidade	132
13.4 Adoção como resgate de crianças sem assistência	133
13.5 Convenção sobre adoção internacional	134
13.6 Convenção e a adoção no Brasil	135
13.7 Noções básicas sobre adoção	137
13.8 Adoção por estrangeiro no Brasil	138
13.9 Organismos credenciados	141
13.10 Adoção de estrangeiro por brasileiro	142
13.11 Adoção internacional e nacionalidade	143
13.12 <i>Caso João Herbert</i>	145
13.13 Considerações finais	146
Resumo	146
Questões Propostas	149
Capítulo XIV – Direito das Sucessões e Direito Internacional Privado	151
14.1 Considerações iniciais	151
14.2 Sucessão e conflito de leis no espaço	152
14.3 Elementos de conexão	152
14.4 Sucessão legítima	153
14.5 Sucessão testamentária	154
Resumo	156
Questões Propostas	157
Capítulo XV – Direito das Obrigações e Direito Internacional Privado	159
15.1 Considerações iniciais	159

15.2 Obrigações na esfera internacional	160
15.3 Autonomia da vontade	161
15.4 Novos elementos de conexão	166
15.5 Normas brasileiras	170
Resumo	173
Questões Propostas	174
Capítulo XVI – Direito do Consumidor e Direito Internacional Privado	175
16.1 Considerações iniciais	175
16.2 Consumidor no ordenamento jurídico brasileiro	176
16.3 Consumidor no DIPr	176
16.4 Proteção do consumidor nas Américas	178
16.4.1 Projeto de CIDIP de proteção do consumidor	178
16.5 Consumidor à luz da LICC, agora LIN	179
16.5.1 Proposta de adequação da LICC, agora LIN, ao consumidor	179
16.6 <i>Caso Panasonic</i>	180
16.6.1 Ementa do caso	181
16.7 Considerações finais	181
Resumo	182
Questões Propostas	184
Capítulo XVII – Direito Empresarial e Direito Internacional Privado	185
17.1 Considerações iniciais	185
17.2 Sociedade estrangeira e direito brasileiro	186
17.3 Estabelecimento	187
17.4 Capacidade para exercer a atividade empresarial	187
17.5 Legislação brasileira e direito empresarial internacional	188
17.6 Falência e recuperação empresarial	189
17.7 Falência internacional	190
Resumo	191
Questões Propostas	192
Capítulo XVIII – Direito da Concorrência e Direito Internacional Privado	193
18.1 Considerações iniciais	193
18.2 Concorrência e Direito da Concorrência	194
18.3 Defesa da concorrência no Brasil	195
18.4 Abuso do poder econômico em um mercado relevante	198
18.5 Concorrência internacional: algumas reflexões	199
18.6 Concorrência no Mercosul e na União Europeia	200
18.7 Liberdades econômicas fundamentais	202
18.8 Considerações finais	203
Resumo	204
Questões Propostas	205
Capítulo XIX – Direito das Coisas e Direito Internacional Privado	207
19.1 Considerações iniciais	207
19.2 Qualificação dos bens móveis e imóveis	208
19.3 Direito das coisas no ordenamento jurídico brasileiro	209
19.4 Direitos reais e conflito de leis no espaço	210
19.5 Referências especiais sobre alguns direitos reais	211
19.6 Regras de DIPr em outras ordens jurídicas	213
Resumo	213
Questões Propostas	215

Capítulo XX – Propriedade Intelectual e Direito Internacional Privado	217
20.1 Considerações iniciais	217
20.2 Propriedade intelectual	218
20.2.1 Histórico	218
20.2.2 Importância na atualidade	219
20.3 Propriedade intelectual no Brasil	220
20.3.1 Medicamentos	220
20.3.2 <i>Caso Efavirenz</i>	221
20.4 Organização Mundial da Propriedade Intelectual	222
20.5 Convenções internacionais	223
20.5.1 TRIPs	223
20.6 Direito Internacional Privado e propriedade intelectual	224
20.7 DIPr brasileiro da propriedade intelectual	225
20.8 Considerações finais	226
Resumo	226
Questões Propostas	229
Capítulo XXI – Direito do Trabalho e Direito Internacional Privado	231
21.1 Considerações iniciais	231
21.2 Direito Internacional Privado do Trabalho	232
21.3 Justiça competente	233
21.4 Contrato individual de trabalho e conflito interestadual	233
21.5 Emprego da <i>lex loci executionis</i>	233
21.6 Mercosul e harmonização das normas trabalhistas entre os países	234
21.7 Casos de conflitos trabalhistas interestaduais	235
21.8 Ementas de lides interestaduais	235
Resumo	238
Questões Propostas	239
Capítulo XXII – Competência Internacional	241
22.1 Considerações iniciais	241
22.2 Conceito e objeto	242
22.3 Princípios e fontes do DPI	243
22.4 Competência internacional na legislação brasileira	244
22.5 Imunidade de jurisdição	245
22.5.1 Imunidade absoluta	246
22.5.2 Imunidade relativa	246
22.6 Jurisprudência brasileira	247
22.7 Considerações finais	249
Resumo	250
Questões Propostas	251
Capítulo XXIII – União Europeia	253
23.1 Globalização da economia e formação de blocos continentais	253
23.2 Processo de integração dos Estados europeus	253
23.3 Instituições da União Europeia	255
23.3.1 Conselho Europeu	256
23.3.2 Comissão	256
23.3.3 Conselho da União Europeia	257
23.3.4 Parlamento Europeu	258

23.3.5 Tribunal de Contas	258
23.3.6 Tribunal de Justiça da União Europeia	259
23.3.7 Comitê Econômico e Social	260
23.3.8 Comitê das Regiões	260
23.3.9 Banco Central Europeu	260
23.4 Ordenamento jurídico comunitário	261
23.5 Supranacionalidade na União Europeia	261
23.6 Cidadania europeia	262
23.7 Livre circulação dos trabalhadores	262
23.8 Considerações finais	262
Resumo	262
Questões Propostas	266
Capítulo XXIV – Mercosul	267
24.1 Antecedentes históricos	267
24.2 ALALC e ALADI	268
24.3 Conceitos básicos	268
24.4 Mercado Comum do Sul – Mercosul	269
24.5 Tratado de Assunção	270
24.6 Protocolo de Ouro Preto	271
24.7 Relacionamento com o exterior	272
24.8 Período do sucesso	273
24.9 Crise do Mercosul	274
24.10 Venezuela como membro pleno	275
24.11 Solução de controvérsias no Mercosul	276
24.12 Fragilidade institucional	277
24.13 Direito processual civil internacional do Mercosul	278
24.14 Harmonização das regras materiais	280
24.15 Parlamento do Mercosul	281
24.16 Considerações finais	282
Resumo	282
Questões Propostas	286
Anexo	289
Normas Brasileiras de Direito Internacional Privado	289
1 Constituição da República Federativa do Brasil (1988)	289
2 Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei n. 4.657/1942), agora Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	293
3 Código Civil (Lei n. 10.406/2002)	297
4 Código de Processo Civil (Lei n. 5.869/1973)	301
5 Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172/1966)	303
6 Código Penal (Decreto-lei n. 2.848/1940)	304
7 Código de Processo Penal (Decreto-lei n. 3.689/1941)	308
8 Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei n. 3.688/1941)	311
9 Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973)	311
10 Lei Antidrogas (Lei n. 11.343/2006)	312
11 Letra de Câmbio e Nota Promissória (Decreto n. 2.044/1908)	312
12 Lei de Recuperação de Falências (Lei n. 11.101/2005)	313
13 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990)	313
14 Direitos Autorais (Lei n. 9.610/1998)	314
15 Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n. 5.452/1943)	315
16 Técnicos Estrangeiros (Decreto-lei n. 691/1969)	315

17 Serviços no Exterior (Lei n. 7.064/1982)	315
18 Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7.565/1986)	317
19 Lei da Arbitragem (Lei n. 9.307/1996)	318
Bibliografia	321

Nota da Editora: o Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.